

**OS SUJEITOS SOCIAIS ENVOLVIDOS NA
CONSTRUÇÃO DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL
PARTICIPATIVO NO PARÁ**

Marcelle de Paula de Sousa Oliveira

OS SUJEITOS SOCIAIS ENVOLVIDOS NA CONSTRUÇÃO DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL PARTICIPATIVO NO PARÁ

Marcelle de Paula de Sousa Oliveira

O governo do Estado do Pará implantou, em abril de 2007, O Planejamento Territorial Participativo nas 12 regiões de integração do Estado. Com o objetivo, de estabelecer a experiência de gestão participativa e controle social no Pará. Durante os dois anos de experiência contamos com mais de 80 mil participantes, incluindo diversos segmentos da sociedade: Empresários, Trabalhadores, entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa, organizações não governamentais e pessoas físicas. O PTP possui 3.983 conselheiros, que foram atores fundamentais na construção do PPA-2008/2011. Foram 430 demandas nas 12 regiões de integração eleitas, de acordo, com as necessidades e prioridades dos 143 municípios que compõem o Estado do Pará. Deste modo, é objetivo deste ensaio identificar como se estabelece a relação do PTP e a sociedade civil organizada, levando em consideração o controle social e a escolha de obras e serviços como fatores fundamentais na gestão pública, observando o perfil dos atores envolvidos no processo. E os desafios enfrentados pelo governo em relação à transparência na gestão.

O PTP foi implementado basicamente em duas etapas: A primeira etapa constituiu em 12 plenárias nas 12 regiões de integração que mobilizou 41.468 pessoas, enquanto que a segunda etapa nos ocorreu 143 municípios do Pará e contou com 40.782 participantes. O PTP é um marco no contexto da descentralização do poder institucional do Estado, a partir do momento em que convida diversos segmentos sociais a participar do processo de construção de políticas públicas sociais a serem implantadas pelo governo. Deste modo, é fundamental identificar quais os atores envolvidos no processo, e quais os perfis sociais, econômicos e políticos destes, e de que forma estes vêm atuando e contribuindo com a democracia participativa no Pará.

O governo do Estado tem como finalidade deixar claro que o Planejamento Territorial Participativo se enquadra dentro de uma democracia participativa, posto que, os cidadãos fazem parte diretamente das discussões, do

monitoramento e da avaliação dos resultados das obras e serviços elencadas nas assembleias públicas municipais do PTP, julho de 2007. O Estado brasileiro é caracterizado por ser um Estado Democrático de Direito, e a participação popular vem aprofundar e dinamizar a democracia. De acordo com essas idéias, é possível comungar com o pensamento de Carlos Ayres Brito que diz “a participação popular não quebra o monopólio estatal da produção do direito, mas obriga o Estado a elaborar o direito de forma emparceirada com a sociedade civil organizada e pessoas físicas”.

O planejamento Territorial Participativo é um dos maiores desafios do governo Ana Julia. Um dos principais objetivos é fortalecer a Democracia, a gestão descentralizada e o controle social, convidando a sociedade a participar e dividir a responsabilidade de gestão do Estado durante os quatro anos de mandato. O PTP vai além de uma promessa de campanha, representa um compromisso de o governo popular administrar o Estado de forma descentralizada e com a participação da sociedade. A descentralização do PTP e o controle social são legitimados através do emponderamento dos sujeitos sociais e da preocupação com o desenvolvimento econômico, valorizando a diversidade sociocultural, ambiental e política nas 12 Regiões de Integração, com o uso de práticas de discussão e recursos públicos em favor do desenvolvimento e da inclusão social.

Por isso, os mecanismos de democracia direta, de vigilância cidadã e de participação popular, presentes na atual Constituição de 1988, são instrumentos do povo trabalhador. É importante não permitir que essa possibilidade fique no papel. A participação popular é o resultado da luta democrática que vem travando o povo brasileiro, pois além de se discutir investimentos, os conselheiros do PTP participam dos conselhos, possuem um crachá de fiscal do Estado com legitimidade para acompanhar e monitorar obras e serviços. Além de terem a sua disposição o Sistema eletrônico de Acompanhamento e Avaliação de Resultados E-Car/PTP/SEPOF, onde o acesso é livre nas instituições públicas estaduais.

O PTP é pautado no fortalecimento do diálogo entre governo do Estado e sociedade, legitimado através dos 12 Conselhos Regionais e dos 3.983 conselheiros. Tem como finalidade democratizar as diferenças e os direitos sociais nos 143 municípios, ampliando o Controle Social sob as ações de governo.

Regiões de Integração e os municípios que estão inseridos:

Regiões de integração regional	Municípios
Região do Rio Araguaia	Água Azul do Norte, Ourilândia do Norte, São Félix do Xingu, Tucumã, Banach, Rio Maria, Sapucaia, Xinguara, Cumaru do Norte, Floresta do Araguaia, Pau D'Arco, Redenção, Conceição do Araguaia, Santana do Araguaia e Santa Maria das Barreiras.
Região do Rio Guamá	São Miguel do Guamá, Vigia, São Francisco do Pará, Terra Alta, Santa Maria do Piriá, São Caetano de Odivelas, São João da Ponta, São Domingos do Capim, Santo Antônio do Tauá, Colares, Santa Maria do Pará, Santa Izabel do Pará, Castanhal, Inhangapi, Igarapé-Açu, Curuçá, Marapanim, Maracanã e Magalhães Barata.
Região do Carajás	Brejo Grande do Araguaia, Palestina do Pará, São João do Araguaia, Piçarra, São Geraldo do Araguaia, São Domingos do Araguaia, Eldorado dos Carajás, Curionópolis, Bom Jesus do Tocantins, Canaã dos Carajás, Parauapebas e Marabá.
Região do Lago de Tucuruí	Breu Branco, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento e Tucuruí
Região do Baixo Amazonas e Calha Norte	Santarém, Curuçá, Óbidos, Faro, Terra Santa, Alenquer, Oriximiná, Juruti, Monte Alegre, Prainha, Almeirim e Belterra.
Região do Marajó	São Sebastião da Boa Vista, Santa Cruz do Arari, Chaves, Muaná, Curralinho, Bagre, Ponta de Pedras, Breves, Cachoeira do Arari, Afuá, Melgaço, Anajás, Soure, Portel, Salvaterra e Gurupá.
Região do Tapajós	Distrito Castelo dos Sonhos, Novo Progresso, Distrito Moraes Almeida, Trairão, Rurópolis, Aveiro, Jacareacanga e Itaituba.
Região Metropolitana	Belém, Santa Bárbara do Pará, Ananindeua, Benevides e Marituba.
Região do Rio Tocantins	Moju, Abaetetuba, Mocajuba, Baião, Cametá, Acará, Barcarena, Igarapé-Miri, Oeiras do Pará, Limoeiro do Ajuru e Tailândia.
Região do Rio Caeté	São João de Pirabas, Santarém Novo, Quatipuru, Primavera, Bonito, Capanema, Cachoeira do Piriá, Santa Luzia do Pará, Peixe Boi, Nova Timboteua, Salinópolis, Traquateua, Augusto Correa, Bragança e Viseu.

Regiões de integração regional	Municípios
Região do Rio Capim e BR 222	Irituia, Nova Esperança do Piriá, Paragominas, Abel Figueredo, Bujaru, Garrafão do Norte, Ipixuna, Rondon do Pará, Concórdia do Pará, Capitão Poço, Aurora do Pará, Dom Elizeu, Tomé Açu, Ourém, Mãe do Rio, Ulianópolis
Região do Rio Xingu	Medicilândia, Vitória do Xingu, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Brasil Novo, Placas, Uruará, Pacajá, Anapu e Altamira.

Quadro 1

Fonte: SEPOF/PTP

Entre os meses de maio de julho de 2007, podemos identificar como a primeira etapa do Planejamento Territorial Participativo do Estado, ocorreu nas 12 regiões de Integração do território paraense, onde os cidadãos e as cidadãs dos municípios em suas respectivas regiões debateram os caminhos do desenvolvimento para os territórios onde vivem. Através das assembléias regionais e municipais o povo decidiu programas, obras e serviços a serem executados pelo Governo do Estado ao longo de 2008 a 2011, indicando o resgate de um compromisso de Campanha e um processo de discussão para uma gestão democrática, transparente e participativa. O quadro abaixo demonstra o número de participantes por região:

Regiões de integração regional	Participantes
Região do Rio Araguaia	4327
Região do Rio Guamá	2128
Região de Carajás	4038
Região do Lago de Tucuruí	1736
Região do Baixo Amazonas e Calha Norte	4158
Região do Marajó	2114
Região do Rio Tapajós	2065
Região Metropolitana	5445
Região do Rio Tocantins	1974
Região do Rio Caeté	4006
Região do Rio Capim e BR 222	5267
Região do Rio Xingu	4210
TOTAL	41468

Quadro 2 – Plenárias Públicas Regionais do PTP – 1ª Etapa

Fonte: SEPOF/PTP

Durante a primeira etapa foram mobilizados 41.468 pessoas. As 12 plenárias públicas regionais discutiram os 3 macro-objetivos do programa do governo estadual para o PPA 2008-2011. “Qualidade de vida para todos e todas”; “Inovação para o desenvolvimento” e “Gestão Participativa, descentralizada e de valorização do servidor público estadual”. Diante destas experiências o PTP significa:¹

Planejamento - Planejamento é um processo contínuo e dinâmico que consiste em um conjunto de ações intencionais, integradas, coordenadas e orientadas para tornar realidade ações; Territorial - Potencializa a descentralização administrativa pública, aproximando os segmentos sociais nas ações do governo. É construído nos Territórios, nas Regiões de Integração Regional. Conseqüentemente, o Território passa a ser compreendido como um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que se constituem em um determinado local e com diferentes fins; Participativo - Não é feito apenas pelos técnicos do governo. O Planejamento é construído com a participação de todas as pessoas interessadas, empoderando os sujeitos sociais do processo de discussão dos rumos do desenvolvimento econômico, do combate à pobreza e à miséria, da concentração de renda, das disparidades regionais, promovendo a inclusão social e protagonizando a inserção das práticas dos atores sociais na lógica da produção e do desenvolvimento.

A participação média nestas plenárias foi expressiva, conforme se pode perceber pelos indicadores de participação descritos no quadro acima.

Assembléias Públicas do PTP – II etapa

O mês de julho foi palco da segunda etapa do PTP, realizamos as 143 assembléias públicas municipais, com a participação de 40.782 pessoas, entre homens e mulheres, das mais variadas faixas etárias, profissões, segmentos sociais, econômicos, étnicos e culturais. Este número de participantes corresponde a aproximadamente 0,57% da população bruta do Estado do Pará estimada atualmente em 7.110.465 habitantes², um expressivo índice de participação popular. A população reuniu e decidiu as 3 demandas prioritárias de seus respectivos

¹ ANDRADE, CG e FONTES, EJO. Perfil dos Participantes das Assembléias Públicas Municipais e dos Conselheiros do PTP. In: Caderno para reflexões. Belém: Paka-tatu, 2007.

² População do Pará em 2006 – SEPOF/GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ.

municípios e elegeram 3.983 conselheiros regionais para representar os mais de 7 milhões de habitantes do Estado do Pará.

A participação popular nas APMS foram em média entre 3.000 a 4.000 pessoas, por assembleias nos 143 municípios do Pará, variou entre 300 a 500 pessoas, considerando-se as especificidades regionais e o fato das APMS terem sido realizadas durante o mês de julho, período do tradicional veraneio de férias da população paraense.³ De acordo com o quadro abaixo:

Região	Part. APMS		Pop 2006		Pop eleitoral	
	N	%	N	%	N	%
Araguaia	3718	9,1	365745	5,1	214684	5,1
Baixo Amazonas	2703	6,7	650446	9,2	393579	9,5
Carajás	3308	8,2	481270	6,8	290148	6,9
Guamá	4423	10,8	573472	8,1	354936	8,5
Lago do Tucuruí	2378	5,8	344717	4,8	205561	4,9
Marajó	2693	6,6	399013	5,6	233576	5,7
Metropolitana	4250	10,4	2086906	29,4	1232050	29,6
Rio Caeté	4679	11,5	443402	6,2	281683	6,8
Rio Capim	6167	15,1	562160	7,9	307605	7,4
Tapajós	929	2,2	235781	3,3	109620	2,6
Tocantins	4142	10,2	648257	9,1	365056	8,8
Xingu	1392	3,4	319296	4,5	174430	4,2
TOTAL GERAL	40782	100,0	7110465	100,0	4162928	100,0

Quadro 3 – Participantes nas APMS por Região: cruzamento com População (POP 2006) e Eleitores (POP Eleitoral)

Fontes: SEPOF/PTP/TRE/PA

As assembleias públicas municipais foram marcadas pela etapa onde os conselheiros foram eleitos para representar as 12 regiões, os municípios elegeram suas 3 prioridades entre obras e serviços. As representações do executivo estadual e municipal, os participantes das APMS dividiram-se em equipes para levantar as principais necessidades do município e da região. Após estas pequenas e rápidas reuniões, um integrante de cada equipe apresentou à assembleia as necessidades

³ Andrade, C.G.F e FONTES, E.J.O Perfil dos Participantes das assembleias públicas municipais e dos conselheiros do PTP. In: SEPOF/PTP. Secretaria de Planejamento, Orçamento E Finanças/Superintendência Estadual do Planejamento Territorial Participativo. Caderno para Reflexões. Belém: Governo do Estado do Pará/Editora Paka-Tatu, p. 41-63, 2007.

levantadas e enumeradas para serem votadas como prioridades. Cada participante recebeu uma cédula de votação com três necessidades, em ordem de prioridade. O voto foi dado com o participante escrevendo na cédula o número das três necessidades que ele entendeu como as maiores do município. É importante ressaltar que todos esses dados encontram-se registrados em ata no setor de Sistematização, Pesquisa e Memória do PTP⁴.

Após as eleições das prioridades, as APMS foram divididas em reuniões dos seguintes segmentos sociais: Movimentos sociais e populares; trabalhadores; Empresários; Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa; Organizações não-governamentais; e, pessoas físicas que não integram organizações da sociedade civil. A assembléia elegeu a quantidade de conselheiros proporcional a cada 10 participantes por segmento social presentes, como mostra o modelo proposto no quadro a seguir.

(%) Participação	SEGMENTOS SOCIAIS
30	Movimentos sociais e populares – associações comunitárias ou de moradores; movimentos por moradia, movimentos de luta por terra, movimentos estudantis, ambientais, organizações religiosas, culturais, esportivas, gênero, geração, etnias e orientação sexual, etc.
20	Trabalhadores – entidades sindicais de trabalhadores do setor público e privado.
20	Empresários – entidades de qualquer porte, associações e cooperativas de produtores, representativas do empresariado local.
10	Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa – entidades representativas de associações de profissionais autônomos, profissionais representantes de entidades de ensino ou pesquisa.
10	Organizações Não Governamentais – entidades do terceiro setor.
10	Pessoas físicas - que não integram organizações da sociedade civil.

Quadro 4 – Modelo de Percentual e Participação dos Segmentos nas APMS

Fonte: <http://www.pa.gov.br> – PTP. Acesso em: 3 ago. 2007.

⁴ Coordenado pelo historiador Thiago Broni de Mesquita

Conforme o quadro acima, percebemos que a participação mais expressiva foram os movimentos sociais e populares, o que já era de se esperar, visto a realidade política e social que se encontrara o Pará, com as devidas dificuldades da participação dos setores não-organizados nas decisões de políticas públicas. Considere-se que pela primeira vez na história do Pará, o governo convocava a população para contribuir e discutir o seu Planejamento Plurianual para sua gestão.

A participação popular e a construção do PPA – III etapa

Em relação à questão do PPA, no momento de apresentação e defesa das propostas de obras e serviços durante as Assembléias Públicas Municipais – APMS, a maioria das necessidades demandadas e sistematizadas foram baseadas conforme os interesses regionais e municipais, como se pode verificar na informação acerca da assembléia realizada no município de Monte Alegre em 23/07/2007 (FONTES, p 51):

Esta assembléia reuniu 303 pessoas e elegeu 34 Conselheiros Regionais, sendo as demandas mais votadas: drenagem, asfaltamento e sinalização da zona urbana [...]; fortalecimento dos setores produtivos da agricultura, pecuária e pesca com investimento em patrulhas agrícola e terraplenagem [...] e reforma, ampliação e aparelhamento do hospital municipal [...].

O Conselho Estadual do PTP foi constituído em duas etapas. No ano de 2007, o governo abriu espaço aos diversos segmentos sociais para a construção do PPA 2008-2011. Nesse processo verificou-se que 85% das demandas indicadas durante as etapas das plenárias públicas foram inclusas no PPA 2008-2011 (PARÁ, 2007), ratificando-se assim a tendência que o PTP se constitua como um mecanismo de participação popular que almeja construir em seus propósitos institucionais um novo modelo de gestão, pautado na participação popular. A fala da governadora Ana Julia Carepa é sintomática a esse respeito: “Nós conseguimos democratizar o PPA. O que antes era uma peça técnica, debatida apenas entre o Legislativo e o Executivo, agora foi levada para os 143 municípios paraenses”⁵.

A entrega do PPA 2008-2011 contou com a presença de Deputados Estaduais, de Secretários de Estado, Prefeitos, Vereadores, dirigentes sindicais, de

⁵ Ato da cerimônia de entrega do Planejamento Plurianual PPA 2008/2011, em outubro de 2007 à assembléia Legislativa.

organizações não governamentais e movimentos sociais. A governadora Ana Julia, ratificou que a participação da sociedade é garantida, sendo um direito constitucional e que no seu governo, através do Planejamento Territorial Participativo, irá garantir para todos os segmentos da sociedade paraense o direito constitucional que lhes foi concedido. Ao realizar a participação popular, o governo sugere não “estar prestando favores a sociedade”, acreditando e reconhecendo que essa participação contribui de forma simultânea à construção da democracia, ao fortalecimento da cidadania e à melhoria do desempenho da administração pública. A esse aspecto, afirma Parente⁶:

[...] é fundamental que o Estado no desenvolvimento de suas ações cuide para que sejam respeitados à igualdade e à diferença. Para isso, é importante a ampliação e a consolidação de esferas públicas e democráticas que permitam a participação dos diversos grupos sociais, propiciando a capacitação das comunidade no que diz respeito à cidadania, direitos humanos e políticas públicas.

Nesse sentido, o Planejamento Territorial Participativo se constitui enquanto um mecanismo de controle social, que facilita a acessibilidade as informações do governo por parte da sociedade. Uma das principais bandeiras defendidas pelo PTP é a obrigação e o dever de agir com transparência, dando a devida publicidade a seus atos de gestão, para serem conhecidos e fiscalizados pelos 3.983 conselheiros das 12 regiões de Integração do Pará.

Do ponto de vista da composição desses conselheiros, é importante evidenciar alguns indicadores para se obter um perfil sobre os 3.983 conselheiros do PTP, sujeitos que estão sendo protagonistas no processo de construção da participação popular no Estado do Pará. É válido ressaltar que dos 3.983 foram eleitos nas APMS e 286 são Conselheiros (as) Natos (prefeitos e representantes das Câmaras Municipais), conforme indicam os dados da tabela a seguir.

⁶ Parente Melo de, Lygia Bandeira. A Participação Popular como instrumento para construção da Democracia: A intervenção social na administração pública Brasileira. In: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/769529.PDF>. Acesso 05 de abril de 2009.

Perfil dos Conselheiros dos PTP

Região	Part. APMs	Conselheiros(as)			População 2006	Conselho Estadual
		Eleitos	Natos	Total		
Araguaia	3718	404	30	434	365745	4 (+2)
Baixo Amazonas	2703	287	24	311	650446	7 (+2)
Carajás	3308	356	24	381	481270	5 (+2)
Guamá	4423	256	36	292	573472	6 (+2)
Lago do Tucuruí	2378	251	14	265	344717	3 (+2)
Marajó	2693	301	32	333	399013	4 (+2)
Metropolitana	4250	223	10	233	2086906	10 (+2)
Rio Caeté	4679	263	30	293	443402	4 (+2)
Rio Capim	6167	649	32	681	562160	6 (+2)
Tapajós	929	110	12	122	235781	2 (+2)
Tocantins	4142	436	22	458	648257	6 (+2)
Xingu	1392	160	20	180	319296	3 (+2)
TOTAL GERAL	40782	3696	286	3982	7110465	60 (+24)

Quadro 5 – Participantes das APMs e Conselheiros(as) Regionais por região
 Fonte: PTP/SEPOF, 14/08/2007.

O público masculino representa cerca 62,7% destes Conselheiros em relação aos 37,3% da representação feminina. A média de participação dos homens nas APMS das 12 regiões foi de aproximadamente 1.845 munícipes enquanto a media feminina foi de 1.554 munícipes o que teria provocado a composição com a maioria masculina nos Conselhos Regionais.

Conselhos Regionais	Homens		Mulheres		Total de Conselheiros(as)	
	N	%	N	%	N	%
Araguaia	261	60,1	173	39,9	434	100,0
Baixo Amazonas	210	67,5	101	32,5	311	100,0
Carajás	242	63,5	139	36,5	381	100,0
Guamá	204	69,8	88	30,2	292	100,0
Lago de Tucuruí	178	67,1	87	32,9	265	100,0
Marajó	194	58,2	139	41,8	333	100,0
Metropolitana	138	59,2	95	40,8	233	100,0
Rio Caeté	197	67,2	96	32,8	293	100,0
Rio Capim	389	57,1	292	42,9	681	100,0
Tapajós	75	61,4	47	38,6	122	100,0
Tocantins	294	64,1	164	35,9	458	100,0
Xingu	117	65,0	63	35,0	180	100,0
TOTAL	2499	62,7	1484	37,3	3983	100,0

Quadro 6 – Conselheiros(as) Regionais e divisão de acordo com gênero por Conselhos Regionais
 Fonte: SEPOF/PTP, 14/08/2007

Em relação à faixa etária, considerando-se a idade declarada nas fichas de participação nas APMS, no universo geral dos (as) Conselheiros (as) Regionais, constata-se que 54,2% situam-se na faixa entre 25 e 44 anos, formando a faixa majoritária dos mesmos, permitindo indicar que os (as) Conselheiros Regionais apresentam um perfil relativamente adulto, conforme se pode observar pelos dados indicados na tabela a seguir.

Conselhos Regionais	Entre 16 e 24 anos		Entre 25 e 44 anos		Entre 45 e 69 anos		Idade não informada		Total de Conselheiros(as)	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Araguaia	39	8,9	277	64,0	78	17,9	40	9,2	434	100,0
Baixo Amazonas	25	8,0	187	60,1	30	9,7	69	22,2	311	100,0
Carajás	30	8,0	210	55,1	118	30,9	23	6,0	381	100,0
Guamá	24	8,2	175	60,0	76	26,0	17	5,8	292	100,0
Lago de Tucuruí	10	3,8	116	43,8	98	36,9	41	15,5	265	100,0
Marajó	7	2,1	213	64,0	80	23,9	33	10,0	333	100,0
Metropolitana	40	17,2	98	42,0	95	40,8	0	0,0	233	100,0
Rio Caeté	15	5,1	187	63,8	82	28,0	9	3,1	293	100,0
Rio Capim	34	5,0	327	48,0	315	46,3	5	0,7	681	100,0
Tapajós	0	0,0	49	40,2	71	58,2	2	1,6	122	100,0
Tocantins	16	3,5	224	48,9	155	33,8	63	13,8	458	100,0
Xingu	18	10,0	98	54,5	46	25,5	18	10,0	180	100,0
TOTAL	258	6,5	2161	54,2	1244	31,2	320	8,1	3983	100,0

Quadro 7 – Conselheiros (as) Regionais de acordo com a faixa etária por Conselhos Regionais
 Fonte: SEPOF/PTP, 14/08/2007.

Do total de 3.983 Conselheiros (as) Regionais, 1.167 (29,9%) declaram desenvolver atividades relacionadas ao setor primário da economia; 46 (1,1%) ao setor secundário; 2.211 (55,5%) ao setor terciário, e 559 (13,5%) não souberam precisar a atividade profissional desenvolvida e foram relacionados a Nenhum dos Setores, conforme indicam os dados da tabela a seguir.

Conselhos regionais	Setor primário		Setor secundário		Setor terciário		Nenhum dos setores		Total de Conselheiros(as) Regionais	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Araguaia	134	30,8	7	1,6	144	33,1	149	34,5	434	100,0
Baixo Amazonas	148	47,5	2	0,6	151	48,5	10	3,4	311	100,0
Carajás	82	21,5	2	0,5	246	64,5	51	13,5	381	100,0
Guamá	36	12,3	6	2,0	181	61,9	69	23,8	292	100,0
Lago de Tucuruí	16	6,0	6	2,2	178	67,1	65	24,7	265	100,0
Marajó	146	43,8	2	0,6	180	54,0	5	1,6	333	100,0
Metropolitana	25	10,7	10	4,2	148	63,5	50	21,6	233	100,0
Rio Caeté	107	36,5	2	0,6	145	49,4	39	13,5	293	100,0
Rio Capim	259	38,0	3	0,4	394	57,8	25	3,8	681	100,0
Tapajós	22	18,0	2	1,6	94	77,0	4	3,4	122	100,0
Tocantins	124	27,0	2	0,4	255	55,6	77	17,0	458	100,0
Xingu	68	37,7	2	1,1	95	52,7	15	8,5	180	100,0
TOTAL	1167	29,9	46	1,1	2211	55,5	559	13,5	3983	100,0

Quadro 8 – Conselheiros(as) Regionais segundo as atividades profissionais declaradas de acordo com os setores da economia por Conselhos Regionais
 Fonte: SEPOF/PTP, 14/08/2007.

Em relação a condição econômica da população do total de 3.983 Conselheiros (as) Regionais 3.117 (78,2%) declaram desenvolver atividades relacionadas à População Economicamente Ativa – PEA; 393 (9,8%) à População não Economicamente Ativa – não PEA e 473 (12,0%) aos não informados, conforme indica a tabela a seguir.

Conselhos regionais	PEA		Não PEA		Não informados		Total de Conselheiros(as) Regionais	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Araguaia	334	76,9	51	11,7	49	11,4	434	100,0
Baixo Amazonas	280	90,0	21	6,7	10	3,3	311	100,0
Carajás	284	74,5	76	19,9	21	5,6	381	100,0
Guamá	186	63,6	28	9,5	78	26,9	292	100,0
Lago de Tucuruí	189	71,3	25	9,4	51	19,3	265	100,0
Marajó	293	87,9	18	5,4	22	6,7	333	100,0
Metropolitana	197	84,5	16	6,8	20	8,7	233	100,0
Rio Caeté	189	64,5	21	7,1	83	28,4	293	100,0
Rio Capim	589	86,4	76	11,1	16	2,5	681	100,0
Tapajós	85	69,6	21	17,2	16	13,2	122	100,0
Tocantins	402	87,7	12	2,6	44	9,7	458	100,0
Xingu	89	49,4	28	15,5	63	35,1	180	100,0
TOTAL	3117	78,2	393	9,8	473	12,0	3983	100,0

Quadro 9 – Conselheiros(as) Regionais segundo as atividades profissionais declaradas de acordo com a condição econômica por Conselhos Regionais
Fonte: SEPOF/PTP. 14/08/2007

Conselhos regionais	Sim		Não		Total de conselheiros(as)	
	N	%	N	%	N	%
Araguaia	370	85,2	64	14,8	434	100,0
Baixo Amazonas	253	81,3	58	18,7	311	100,0
Carajás	245	64,3	136	35,7	381	100,0
Guamá	205	70,2	87	29,8	292	100,0
Lago de Tucuruí	172	64,9	93	35,1	265	100,0
Marajó	233	69,9	100	30,1	333	100,0
Metropolitana	130	55,7	103	44,3	233	100,0
Rio Caeté	205	69,9	88	30,1	293	100,0
Rio Capim	375	55,0	306	45,0	681	100,0
Tapajós	75	61,4	47	38,6	122	100,0
Tocantins	297	64,8	161	35,2	458	100,0
Xingu	130	72,2	50	27,8	180	100,0
TOTAL	2690	67,5	1293	32,5	3983	100,0

Quadro 10 – Conselheiros(as) que declaram fazer parte de Movimentos Sociais por Conselhos Regionais
Fonte: SEPOF/PTP.

Do universo dos 2.690 Conselheiros (as) Regionais que declaram participar de movimentos sociais, 42,4% declaram fazer parte do movimento sindical; 32,5% do movimento popular; 9,5% do movimento camponês ou de campo e 15,6% de outras formas de movimentos sociais.

Segundo o levantamento realizado em 2007, foram publicados os seguintes dados em relação aos perfis dos conselheiros regionais do PTP⁷:

No Conselho Regional do Araguaia entre os movimentos declarados, pelos (as) Conselheiros (as) foram citados: movimento camponês ou de campo (9,7%), movimentos corporativos/representativos (1,6%), movimentos culturais (0,4%), movimentos de Direitos Humanos (1,4%), movimentos étnico-raciais (1,8%), movimentos de mulheres (2,3%), movimentos populares (30,0%), movimentos religiosos (3,2%), e movimento sindical (48,9%). Os declaradamente imprecisos atingem o índice de 0,3%.

Do universo dos que declaram participar de movimentos sociais, 41,86% são homens, cuja maioria se afirma como pertencente ao movimento sindical. Entre as mulheres, 48,14 % declaram participar de movimentos sociais, cuja maioria, se afirma como pertencente ao movimento camponês ou de campo.

Quanto à faixa etária, a maioria dos que declaram participar de movimentos sociais situa-se na faixa entre 25/34 anos a 45/59 anos equivalente a aproximadamente 75% deste universo. O movimento popular, movimento camponês ou de campo e o movimento sindical, representam cerca de 25% dos movimentos declarados quanto à faixa etária, com ênfase no movimento sindical entre os chamados participantes adultos (faixa entre 35 a 60 anos ou mais).

No Conselho Regional do Baixo Amazonas entre os movimentos declarados pelos (as) Conselheiros (as) foram citados: movimento ambiental (0,1%), movimentos assistenciais (0,1%), movimento camponês ou de campo (11,0%), movimentos de cidadania (0,6%), movimentos corporativos/representativos (2,1%),

⁷ Levantamento realizada pelo Planejamento Territorial Participativo, coordenado pela prof. Dr^a Edilza Fontes e pelo prof.ms. Cássio de Andrade. Publicado em: Andrade, C.G.F e FONTES, E.J.O Perfil dos Participantes das assembléias públicas municipais e dos conselheiros do PTP. In: SEPOF/PTP. Secretaria de Planejamento, Orçamento E Finanças/Superintendência Estadual do Planejamento Territorial Participativo. Caderno para Reflexões. Belém: Governo do Estado do Pará/Editora Paka-Tatu, p. 41-63, 2007.

movimentos culturais (0,1%), movimentos desportivos (0,1), movimento estudantil (0,2), movimento étnico-racial (0,1), movimentos de direitos humanos (0,1%), movimentos étnico-raciais (0,1), movimento de mulheres (0,1%), movimentos político-partidários (0,01), movimentos populares (38,7%), movimentos recreativos (0,01%), movimentos religiosos (0,01%), e movimento sindical (46,2%). Os declaradamente imprecisos atingem o índice 0,3 %.

Do universo dos (as) Conselheiros (as) Regionais participantes de movimentos sociais 56,0% são homens, a maioria declarando participar do movimento sindical e 44,0% mulheres, a maioria declarando participar de movimentos populares.

Quanto à faixa etária, a maioria dos que declaram participar de movimentos sociais no Baixo Amazonas situa-se na faixa entre 25/34 anos a 35/44 anos com ênfase no movimento sindical.

No Conselho Regional de Carajás entre os movimentos declarados pelos (as) Conselheiros (as) foram citados: movimento camponês ou de campo (6,9%), movimentos de cidadania (1,8%), movimentos corporativo-representativos (1,3%), movimentos de direitos humanos (1,4%), movimentos de mulheres (1,7%), movimentos populares (33,0%), e movimento sindical (44,8%). Os declaradamente imprecisos atingem o percentual de 9,1%.

Do universo de Conselheiros (as) que declaram participar de movimentos sociais na região de Carajás, 61,0% são homens com ênfase no movimento sindical. As mulheres representam os 39,0 restantes, com ênfase no movimento popular.

Quanto à faixa etária, os situados nas faixas entre 16/24 e 25/34 enfatizam o movimento sindical. Os situados nas faixas entre 35/44 e 45/59 enfatizam também o movimento sindical.

No Conselho Regional do Guamá entre os movimentos sociais declarados pelos (as) Conselheiros (as), foram citados: movimento ambiental (0,4%), movimentos assistenciais (1,1%), movimento camponês ou de campo (7,3%), movimentos de cidadania (0,2%), movimentos corporativo-representativos (1,9%), movimentos culturais (0,5%), movimentos desportivos (0,1%), movimentos de direitos humanos (0,1%), movimento estudantil (0,2%), movimento étnico-racial (0,1%), movimentos de mulheres (1,5%), movimentos político-partidários (0,8%), movimentos populares (32,1%), movimentos recreativos (0,5%), movimentos

religiosos (3,4%), e movimento sindical (41,4%). Os declaradamente imprecisos atingem o percentual de 8,9%.

Do universo dos (as) Conselheiros (as) Regionais que declaram participar de movimentos sociais 54,3% são homens com ênfase no movimento sindical. As mulheres representam os 45,7% restantes, com ênfase no movimento popular.

Quanto à faixa etária, os situados nas faixas entre 16/24 e 25/34 enfatizam o movimento popular. Os situados nas faixas entre 35/44 e 45/59 enfatizam o movimento sindical.

No Conselho Regional do Lago de Tucuruí, entre os movimentos sociais declarados foram citados: movimento camponês ou de campo (6,3%), movimentos de cidadania (1,4%), movimentos culturais (1,8%), movimentos de mulheres (1,4%), movimentos populares (34,8%), movimentos recreativos (0,9%), movimentos desportivos (3,8%) e movimento sindical (43,0%). Os declaradamente imprecisos atingem o percentual de 3,5%.

Do universo dos (as) Conselheiros (as) que declaram participar de movimentos sociais 55,0% são homens com ênfase no movimento sindical. As mulheres representam os 45% restantes, com ênfase também no movimento sindical.

Quanto à faixa etária, os situados nas faixas entre 16/24 e 25/34 enfatizam os movimentos corporativo-representativos. Os situados nas faixas entre 35/44 e 45/59 também enfatizam os movimentos populares e o movimento sindical.

No Conselho Regional do Marajó, entre os movimentos sociais declarados pelos (as) Conselheiros (as) foram citados: movimentos assistenciais (0,9%), movimento camponês ou de campo (5,5%), movimentos de cidadania (0,9%), movimentos corporativo-representativos (1,8%), movimentos culturais (0,5%), movimentos desportivos (0,2%), movimento estudantil (0,2%), movimentos de mulheres (3,9%), movimentos político-partidários (0,1%), movimentos populares (36,4%), movimentos religiosos (0,3%) e movimento sindical (48,4%). Os declaradamente imprecisos atingem o percentual de 1,0%.

Do universo dos que declaram participar de movimentos sociais 46% são homens com ênfase no movimento sindical. As mulheres representam os 54% restantes, com ênfase nos movimentos populares.

Quanto à faixa etária, os situados nas faixas entre 16/24 e 25/34 enfatizam os movimentos de mulheres. Os situados nas faixas entre 35/44 e 45/59 enfatizam o movimento popular e movimento sindical.

No Conselho Regional Metropolitano, entre os movimentos sociais declarados pelos (as) Conselheiros (as) Regionais foram citados: movimento camponês ou de campo (5,3%), movimentos corporativo-representativos (2,7%), movimento estudantil (1,5%), movimentos de mulheres (4,2%), movimentos populares (41,5%), movimentos recreativos (0,7%), movimentos religiosos (0,3%) e movimento sindical (34,6%). Os declaradamente imprecisos atingem o percentual de 9,2%.

Do universo dos que declaram participar de movimentos sociais na região Metropolitana, 48,0% são homens com ênfase nos movimentos populares. As mulheres representam os 52% restantes, com ênfase também nos movimentos populares. Destaca-se a presença significativa de Conselheiros (as) que se declaram militantes do movimento camponês ou de campo em uma região reconhecidamente urbana e metropolitana.

Em relação à faixa etária, em todas se evidencia a participação em movimentos populares.

No Conselho Regional Caeté entre os movimentos sociais declarados pelos (as) Conselheiros (as) Regionais foram citados: movimento ambiental (0,5%), movimentos assistenciais (0,9%), movimento camponês ou de campo (9,7%), movimentos de cidadania (0,5%), movimentos corporativo-representativos (2,2%), movimentos culturais (0,6%), movimentos desportivos (0,1%), movimentos de direitos humanos (0,2%), movimento estudantil (1,8%), movimento étnico-racial (0,3%), movimentos de mulheres (1,7%), movimentos político-partidários (0,4%), movimentos populares (25,3%), movimentos recreativos (0,1%), movimentos religiosos (1,1%), e movimento sindical (54,6%). Os declaradamente imprecisos atingem o percentual de 0,3%.

Do universo dos que declaram participar de movimentos sociais na região do Caeté, 56,0% são homens com ênfase no movimento sindical. As mulheres representam os 44,0 % restantes, com ênfase equilibrada entre o movimento sindical e os movimentos populares.

Em relação à faixa etária, em todas se evidencia a participação em movimentos populares e no movimento sindical.

No Conselho Regional do Rio Capim, entre os movimentos declarados pelos (as) Conselheiros (as) foram citados: movimentos assistenciais (3,3%), movimento camponês ou de campo (21,6%), movimentos corporativo-representativos (1,7%), movimentos político-partidários (0,4%), movimentos populares (28,8%), movimentos recreativos (1,8%), movimentos religiosos (3,8%), e movimento sindical (32,0%). Os declaradamente imprecisos atingem o percentual de 6,9%.

Do universo dos que declaram participar de movimentos sociais 75,0% são homens com ênfase no movimento sindical. As mulheres representam os 25,0 % restantes, com ênfase equilibrada entre o movimento sindical e os movimentos populares.

Em relação à faixa etária, em todas se evidencia a participação no movimento sindical e nos movimentos populares.

No Conselho Regional do Rio Tapajós, entre os movimentos sociais declarados pelos (as) Conselheiros (as) Regionais, foram citados: movimentos assistenciais (0,1%), movimento camponês ou de campo (4,0%), movimentos corporativo-representativos (5,2%), movimentos culturais (3,2%), movimentos político-partidários (0,1%), movimentos populares (29,3%), movimentos religiosos (4,2%), e movimento sindical (49,3%). Os declaradamente imprecisos atingem o percentual de 4,6%.

Do universo dos que declaram participar de movimentos sociais 51,5% são homens com ênfase no movimento sindical. As mulheres representam os 48,6% restantes, com ênfase equilibrada entre o movimento sindical e os movimentos populares.

Em relação à faixa etária, em todas se evidencia a participação no movimento sindical e nos movimentos populares.

No Conselho Regional do Tocantins entre os movimentos declarados pelos (as) Conselheiros (as) Regionais, foram citados: movimento camponês ou de campo (5,7%), movimentos corporativo-representativos (7,1%), movimentos culturais (0,2%), movimento estudantil (0,2%), movimento étnico-racial (2,4%), movimentos de mulheres (3,3%), movimentos populares (31,9%), movimentos recreativos (1,1%), movimentos religiosos (5,5%), e movimento sindical (32,9%). Os declaradamente imprecisos atingem o percentual de 10,0%.

Do universo dos que declaram participar de movimentos sociais 56,0% são homens com ênfase no movimento sindical e nos movimentos populares. As mulheres representam os 44,0 % restantes, com ênfase nos movimentos populares.

Em relação à faixa etária, em todas se evidencia a participação no movimento sindical e nos movimentos populares.

No Conselho Regional do Xingu, entre os movimentos sociais declarados pelos (as) Conselheiros Regionais, foram citados: movimentos assistenciais (0,07%), movimento camponês ou de campo (6,9%), movimentos de cidadania (3,2%), movimentos de mulheres (8,3%), movimentos populares (33,0%), movimentos religiosos (8,0%), e movimento sindical (39,2%). Os declaradamente imprecisos atingem o percentual de 0,9%.

Do universo dos que declaram participar de movimentos sociais 52,0% são homens com ênfase no movimento sindical. As mulheres representam os 48,0 % com ênfase entre os movimentos populares, religiosos e de mulheres.

Em relação à faixa etária, em todas se evidencia a participação no movimento sindical, nos movimentos populares e no de mulheres.

No perfil detalhado dos atores, constatou-se que grande parte dos conselheiros do PTP é oriunda dos movimentos sociais, especialmente sindical. Esse dado, porém, não chancela a atuação do que poderíamos denominar de “conselheiro sindicalista” para a defesa das demandas específicas das entidades ou associações que representa. A reivindicação pelo emponderamento dos atores, de fato e de direito, se constitui como ponto central dos discursos dos conselheiros nos eventos públicos do PTP. Nas respostas às pressões dos conselheiros, os representantes do governo apontam para essa questão por intermédio dos mecanismos de fiscalização, conforme se deduz em parte da intervenção de um de seus atores no Conselho Regional do Baixo Amazonas realizado em Santarém no dia 17/03/2008⁸:

A importância do PTP foi além da escolha das demandas municipais e regionais. O governo está fornecendo poder de fiscalização aos conselheiros, que a partir de agora passam a ter conhecimento de sujeito social ativo, com condições de participar da construção do plano de desenvolvimento territorial de sua cidade e região.

⁸ Trecho da manifestação da Superintendente Estadual do PTP, Profª Edilza Fontes – ver: www.septp.pa.gov.br/noticias. Acesso em: 22 JUN 2008.

Portanto, os conselheiros regionais não parecem indicar nenhuma forma de representação coletiva clássica, oriundos ou não dos movimentos sociais. Suas manifestações e discursos alegóricos se fazem representar no campo da representatividade popular, na tentativa de empoderar-se, enquanto sujeitos ativos da fiscalização e do controle social.

AUTORIA

Marcelle de Paula de Sousa Oliveira – Graduada em licenciatura e bacharelado em História pela UFPA, assessora de Planejamento do Planejamento Territorial Participativo.

Endereço eletrônico: marcellehist@hotmail.com